

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE SÃO PAULO
 Av. Eng.º Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1873

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto

Luiz Vieira de Carvalho Mesquita

Ruy Mesquita

César Tácito Lopes Costa

José M. Homem de Montes

Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Diretor Executivo

Fernando L. Mitre

Editor Chefe

Celso Kinjô

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Roberto Crissiuma Mesquita

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

JORNAL DA TARDE Nacional

Dívida do Congresso so cresceu

O Congresso Nacional certamente gostaria que seu trabalho neste ano de 1992 fosse lembrado pelas investigações dos negócios entre o empresário Paulo César Farias e Fernando Collor de Mello na CPI que acabou derrubando o primeiro presidente da República eleito diretamente depois de quase 30 anos de regime fechado no Brasil. De fato, o Legislativo teve, nesse episódio, um dos melhores — senão o melhor — momento de toda a sua história. No entanto, a ilusão dos que pensaram que ele marcava uma virada decisiva na história dos costumes políticos brasileiros durou pouco. Os fatos imediatamente subsequentes vieram provar que, entre os motivos dos caras-pintadas que foram às ruas pedir o fim da bandalheira e a resposta que o Congresso lhes deu prontamente, havia um abismo que continua intransponível: os velhos vícios da corrupção, do fisiologismo, da irresponsabilidade e do *sprit de corps* continuam sendo a regra geral na atividade política no País e a causa exclusiva da sua desgraça econômica.

O mesmo Congresso Nacional que com tanta eficiência retirou Collor do poder por envolvimento com as falcaturas de seu ex-tesoureiro de campanha, quando chamado a investigar outras histórias tão ou mais escabrosas do que as protagonizadas pela dupla alagoana, voltou a mostrar a sua verdadeira face. Enquanto para investigar Collor e PC os parlamentares não mediram nenhum esforço e chegaram até a ignorar leis e regimentos internos das duas Casas, em duas outras CPIs — a da Vasp, na qual estava envolvido o ex-governador Orestes Quércia, e a da NEC, na qual um dos suspeitos era o governador Antônio Carlos Magalhães — a única preocupação digna de nota foi a de esconder provas e ignorar os indícios mais que veementes levantados pela imprensa e pela polícia para tentar poupar a qualquer custo os dois principais caciques dos dois maiores partidos brasileiros.

A atitude cúmplice do Congresso nos casos Vasp e NEC confirmou as suspeitas de que, por trás das críticas que muitos dos políticos que atuaram no caso PC faziam à corrupção capitaneada pelo principal agente financeiro da campanha de Collor, estaria apenas o interesse de afastar do poder o único presidente da história da nossa República que — embora corrupto também — prometeu diminuir, pela reforma do Estado, o tamanho do “pasto” controlado pelos velhos touros da nossa viciada política, e ousou passar do discurso à ação.

A maior prova de que a política de modernização da economia brasileira e de enxugamento da máquina estatal, conduzida por Collor, incomodava muito mais à maioria dos políticos do Congresso Nacional do que as estripulias de seus comparsas na velha prática da corrupção está no primeiro e mais notório dos efeitos da substituição de Collor por Itamar Franco: a volta ao primeiro plano da tragicomédia política brasileira de todos os mais conhecidos representantes da *vanguarda do atraso* nacional e a subsequente derrubada e/ou reversão de todas as ações de modernização da economia nacional por ele empreendidas. Nenhuma das reformas destinadas a reduzir o espaço da corrupção aventadas no relatório final da CPI do PC deu um passo sequer no Congresso Nacional, depois de afastado o presidente. Em contrapartida, incentivados pelas conhecidas posições reacionárias de Itamar, os na-

cionalistas de sempre não encontraram nenhuma dificuldade dentro do Congresso ou da máquina burocrática que “vinha sendo devastada pela corrupção collorida”, conforme os inflamados discursos dos dias da CPI, para barrar tudo o que significasse a continuidade do programa de modernização de Collor, incluindo aí as medidas que, pela redução da máquina, resultariam na diminuição da corrupção.

A primeira vítima, abatida diretamente com a participação do próprio presidente interino da República, foi o Programa Nacional de Desestatização, que praticamente parou, por confusões propositalmente causadas pelos integrantes da velha aliança entre os nacionalistas da direita, náufragos do regime militar que criou o monstro estatal que consome as energias da economia brasileira, a parcela menos eficiente do empresariado que sempre viveu à sombra da proteção governamental, e os nacionalistas “ideológicos” da esquerda retrógrada que ancoram o seu poder de pressão no controle dos sindicatos dos trabalhadores empregados nos monopólios do Estado.

Não ficou por aí, infelizmente, o lado negativo da atuação dos políticos e do Congresso Nacional neste ano. As medidas que permitiriam a retomada do desenvolvimento econômico em novos moldes, dentro dos padrões vigentes nos países ricos, também foram esquecidas. Por falta de apoio parlamentar a Collor e, depois, por falta de empenho de Itamar.

Mais uma vez, ficou adiada a reforma da pernicioso estrutura tributária brasileira que emperra toda a nossa economia e é uma das maiores responsáveis pelo caos econômico em que temos vivido. Pleiteada por Collor (que já ameaçava desistir dela diante dos sinais inequívocos de que não passaria pela primeira comissão do Congresso), a reforma foi trocada, logo na “largada” do governo Itamar Franco, por mais um ataque ao bolso dos contribuintes, montado às pressas com o único intuito de levar a arrecadação para um número um pouco mais próximo dos gastos de um Estado em permanente (e cada vez mais acelerado) processo de inchaço, em vez do contrário, que era o que se prometia.

Além da reforma fiscal, o Congresso encerra o ano sem aprovar uma série de outras medidas essenciais à modernização da economia nacional, preparadas e enviadas para apreciação dos deputados e senadores ainda pelo governo Collor, algumas esperando há mais de um ano pela boa vontade dos senhores parlamentares. Foi o caso do projeto de modernização dos portos, do projeto de concessão de serviços públicos às empresas privadas, do reconhecimento pelo Brasil das patentes da indústria farmacêutica e de química fina, das leis de limitação das despesas do governo com o funcionalismo público, da instituição de novas normas para licitações e contratos no setor público etc.

Isso para não falarmos das propostas constantes do “Projeto”, ainda dos tempos da professora Zélia Cardoso de Mello no Ministério da Economia, que previam a extinção do monopólio estatal nas áreas de petróleo e telecomunicações e a redução dos obstáculos constitucionais à entrada de capitais estrangeiros no Brasil.

Assim, mesmo com o *impeachment* de Collor, a dívida do Congresso Nacional com a sociedade brasileira só fez crescer em 92. E não foi pouco!